

EXMO. SR. SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Ref: CUMPRIMENTO IMEDIATO DA LC Nº 266/2026 - LEI DE DESCONGELAMENTO AVERBAÇÃO DE TRIÊNIOS/DEMAIS BENEFÍCIOS.

_____ (Nome), ocupante
do cargo _____, Matrícula nº
_____, lotado/a na SME - Unidade Escolar
_____, vem, por meio desta,
requerer à V. Exa. se digne determinar o cumprimento imediato da Lei de
Descongelamento para contagem e averbação imediata de tempo de serviço e demais
benefícios pelos motivos e fundamentos a seguir.

O/a Requerente é servidor/a público/a efetivo deste Município e, durante o período de
28 de maio de 2020 a 31 de dezembro de 2021, teve a contagem de tempo para fins de
adicionais de tempo de serviço (triênios) e progressões funcionais suspensa, em virtude
das vedações contidas na Lei Complementar Federal nº 173/2020.

Ocorre que, com o advento da legislação que determinou o descongelamento e a plena
retomada da contagem de tempo para todos os fins, cessaram as restrições impostas pelo
período emergencial.

A administração pública submete-se ao Princípio da Legalidade (Art. 37, caput, da
CF/88). Uma vez que a legislação municipal e as recentes decisões dos Tribunais
Superiores (incluindo o entendimento consolidado pelo STF no RE 1.311.742)
autorizam e determinam o restabelecimento da contagem do tempo de serviço
retroativo, não cabe à Administração Municipal postergar tal implementação.

O descumprimento ou a demora na aplicação do descongelamento configura enriquecimento ilícito da Administração Pública, uma vez que o servidor segue exercendo suas atribuições sem a contrapartida remuneratória legalmente prevista e já devida pelo tempo de serviço efetivamente prestado.

Diante do exposto, requer:

1. O CUMPRIMENTO IMEDIATO da Lei de Descongelamento, com a imediata contagem e atualização do tempo de serviço, mudança de nível, do/a Requerente com a recomposição dos 583 dias nos assentamentos funcionais, nos termos da LC nº 226/26;
2. A AVERBAÇÃO E O PAGAMENTO das progressões e triênios e demais benefícios que deveriam terem sido implementados, considerando o tempo "congelado" como de efetivo exercício;
3. O PAGAMENTO RETROATIVO dos valores dos triênios devidos e demais benefícios com a recomposição dos 583 dias, nos termos da LC nº 226/26, desde a data em que o direito foi adquirido, acrescidos de juros e correção monetária.

Requer, por fim, que a decisão deste requerimento seja proferida no prazo legal da Lei de processo administrativo.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 2026.

assinatura